

# Estudo Técnico Preliminar 52/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.001503/2023-03

## 2. Descrição da necessidade

### Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

2.1. A demanda apresentada pela Seção de Gestão Alimentar (SEGAL), tem como justificativa a eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o atendimento das necessidades dos refeitórios localizados no subsolo e 6º andar do Ministério da Defesa, de acordo com a Instrução Normativa SEORI/SG-MD, de 30 de setembro de 2021 que prevê a confecção de alimentação para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de 12 (doze) meses.

2.1.1. Mormente a aquisição de todo o volume ficou sob a responsabilidade da Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, devido ao refeitório que atende o Gabinete do Ministro, localizado no 6º andar, não ser contemplado pela terceirização, ocorrida desde 01/09/2019, tal qual os refeitórios do subsolo.

2.2. No caso concreto a Administração necessita adquirir 17.000 Kg de GLP quantidade muito superior a capacidade de armazenamento existente, implicando no fracionamento dos pedidos de ressurgimento. Diante disso, optou-se por realizar o **Registro de Preço**.

2.2.1 A presente aquisição se dá pela necessidade de fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) apropriado para a confecção de alimentação para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD e no Anexo I do Bloco – “O”, proporcionando o atendimento das condições de trabalho ao seu corpo funcional.

2.3. A aquisição pretendida justifica-se para assegurar à Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD o fornecimento de gás liquefeito de petróleo - GLP, tendo em vista que se trata de um bem de consumo contínuo, sendo o gás um produto indispensável para a confecção da alimentação necessária para atender civis e militares lotados no Ministério da Defesa.

### 2.4. Intenção do Registro de Preços

2.4.1. O Decreto nº 11.462/2023, Art. 7º que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, trata ainda sobre a Intenção de Registro de Preço - IRP, conforme abaixo:

"Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações."

### 2.5. Divulgação IRP

2.5.1. Conforme Art. 86 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou

outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º. Ório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.

§ 1º O prazo previsto no **caput** será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O procedimento previsto no **caput** poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

2.5.3. Dessa forma, o setor competente deverá realizar a divulgação da Intenção de Registro de Preço no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de acordo com o art. 31 do Decreto nº 11.462/2023.

## 2.6. Adesão à Ata de Registro de Preços

2.6.1. Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços conforme art. 32 do Decreto nº 11.462/2023.

2.6.2. Limites para as adesões:

"Art. 32. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços".

## 2.7. Essencialidade e interesse público da contratação

2.7.1. A contratação atende o interesse público pois o objeto é essencial para a manutenção das atividades da Administração Central do Ministério da Defesa que presta um serviço fundamental ao estado. O objeto a ser contratado é imprescindível para a confecção da alimentação para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados no Órgão.

2.7.2. O Objeto da contratação atende ao interesse público na perspectiva do impacto ambiental negativo, pois é considerado pouco poluente em comparação com produtos similares, atendendo ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (produção, distribuição e destinação final).

2.7.2.1. O Gás LP tem facilidade de queima no estado gasoso, ótimo poder calorífico e promove uma combustão mais completa, com formação mais baixa de resíduos e fuligem. Consequentemente, gera menos poluentes e é uma opção adequada para aplicações onde o produto final não pode sofrer contaminações do processo de queima do combustível, como alimentos e cerâmica (fonte: <https://petrobras.com.br/quem-somos/gas-liquefeito-de-petroleo>)

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Gestão Alimentar - SEGAL	SO (MB) Francisco Alexandre Calixto

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para eventual Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, para o Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano.

4.1.1. Os requisitos indispensáveis para atendimento da demanda, estão dispostos na própria especificação técnica do item, incluindo padrões mínimos de qualidade para a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - a granel, Tipo GLP propano-butano, pressão vapor 17,34 kgf/cm<sup>2</sup>, teor máximo enxofre volátil 0,36 g/m<sup>3</sup>, corrosividade Máxima 1, Composição Propano 30, Normas Técnicas NBR 8461 E 8460)

4.2 Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.2.1. Visando a efetiva aplicação de práticas, critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem os critérios de sustentabilidade ambiental.

4.2.2. A Instrução Normativa nº 13/IBAMA, de 23 de agosto de 2021 em atenção ao Anexo I e suas alterações, a Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021 (CTF/AIDA), da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente) em especial o Licenciamento Ambiental previsto no art. 10, da Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional de Mudança de Clima), da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei nº 12.349/2010 (Altera o art. 3º da Lei nº 8.666/1993) e demais Atos Normativos (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, etc. e normas da ANVISA, do INMETRO, do IBAMA, do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente e outros Órgãos se constituem em critérios de sustentabilidade) previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição, revista atualizada, ampliada – setembro/2023, em conformidade com a especificidade singular do objeto.

4.2.3. Para o item abaixo relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e suas alterações, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, Inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

Item	Descrição	Justificativa
01	CTF FTE 18-6 Comércio de combustíveis e derivados de petróleo; e Transporte de cargas perigosas	A descrição compreende que é obrigada à inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, declarando a atividade cód. 18, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, art. 37.

4.3. Na hipótese do licitante não for o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral, este deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP.

4.4. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob penas da Lei.

4.5 Descrição dos prazos e formas de entrega e recebimento:

4.5.1. O Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - a granel deverá ser fornecido de forma parcelada, de acordo com a demanda, em estrita observância às especificações de que trata este instrumento.

4.5.2. A entrega do Gás Liquefeito de Petróleo deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do pedido via telefone ou e-mail, atestado pela respectiva nota de empenho, em um dos endereços abaixo citados:

1	Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - Subsolo - COSER/Seção de Gestão Alimentar - Portão de acesso pela Via N2 - CEP 70049-900.	Brasília-DF
---	---	-------------

4.5.2.1. Caso o prazo de entrega se encerre em um dia não útil, ele será estendido para o próximo dia útil subsequente.

4.6. A licitante deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

4.6.1. Registro de concessão de lavra publicado no Diário Oficial da União.

4.7. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

4.7.1. Os bens devem ser acondicionados em embalagem adequada e garanta a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.7.2. Para esta aquisição, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 13/2021, só será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada - setembro/2023):

4.7.3. A conformidade com o solicitado no subitem 4.5.2. se dará por certidão emitida pelo IBAMA; o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada – setembro/2023).

4.7.3.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta "on line" ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; e

4.7.3.2. caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

## 5. Levantamento de Mercado

### **A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS, BEM COMO POR ORGANIZAÇÕES PRIVADAS, NO CONTEXTO NACIONAL OU INTERNACIONAL, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO;**

5.1. Inicialmente, é importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não visualiza outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada, tendo em vista o prosseguimento na continuidade nas readequações dos ambientes vislumbradas por esse Ministério.

5.2. Considerando as alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os objetos de contratações similares realizados por outras UASGs.

5.3. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 02 de setembro de 2023, às 16h00min no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a aquisição de Gás Liquefeito De Petróleo – GLP - **A Granel**, Tipo GLP propano-butano, através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado nos pregões abaixo, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Período Pesquisado - 24/09/2022 até 25/09/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160093 - 38 BATALHAO DE INFANTARIA/MEX/ES	Pregão 00013/2023	30/08/2023 30/08/2024
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX	Pregão 00033/2023	25/08/2023 25/08/2024
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160142 - MEX-9.BATALHAO DE SUPRIMENTO/MS	Pregão 00006/2023	08/08/2023 08/08/2024
26279 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	154048 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	Pregão 00018/2023	31/07/2023 31/07/2024
52131 - COMANDO DA MARINHA	720305 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA NO RJ	Pregão 00006/2023	25/08/2023 25/08/2024

5.3.1 Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

5.4. Atualmente o Ministério da Defesa fornece alimentação para civis e militares e possui uma capacidade de armazenar 4.000 Kg de GLP:

5.4.1. Solução nº 1: Abastecimento de reservatório com GLP:

Vantagens:

- Possibilidade de armazenamento de gás em grandes quantidades de forma rápida;
- Quantidade de recargas reduzidas, diminuindo os riscos de acidentes; e
- Possibilidade reduzida de interrupção do fornecimento.

Desvantagens:

- Em caso de acidentes todo o sistema será comprometido devido o abastecimento centralizado.

Descrição	Gás Liquefeito De Petróleo - GLP, Tipo GLP propano-butano
Fornecedor	Diversos
Valor Estimado	R\$ 184.450,00 (anual)

Considerando as desvantagens descritas acima, tem-se primeiramente a necessidade de um espaço para armazenar, esta pode ser superada utilizando-se do sistema de registro de preços, implicando assim no fracionamento dos pedidos de ressurgimento. Quanto à dependência de fornecedores externos, esta é inerente a opção de se licitar o fornecimento de um material. Uma vez que Gás Liquefeito de Petróleo é um bem que existe em grande disponibilidade no mercado e que há na Lei 14.133/2021 mecanismos efetivos de controle e execução dos contratos, tal desvantagem pode ser mitigada. **Em virtude de haver sido superadas tais desvantagens, esta solução apresenta-se como a mais viável para este Ministério.**

5.4.2. Solução nº 2: Abastecimento de reservatório com Gás Natural (gás encanado):

Vantagens:

- Possibilidade de armazenamento de gás em grandes quantidades de forma rápida;

- Quantidade de recargas reduzidas, diminuindo os riscos de acidentes; e
- Possibilidade reduzida de interrupção do fornecimento.

Desvantagens:

- Não existe uma rede de tubulação de forma direta e ininterrupta; e
- Dependência de estrutura externa, que no momento não existe.

Descrição	Abastecimento de reservatório com Gás Natural (gás encanado)
Fornecedor	Diversos
Valor Estimado	Além da inexistência de estrutura externa, deve-se considerar o custo das readequações das instalações. Assim, a pesquisa não pôde ser concluída, uma vez que o Ministério não possui a infraestrutura pronta para instalação de gás encanado.

Considerando as desvantagens descritas acima, em especial a inexistência formas de fornecimento de gás, a impossibilidade de levantamento do investimento inicial e a necessidade de readequações nas instalações, **esta solução torna-se inviável** no presente ano neste Ministério da Defesa.

**B) SER REALIZADA AUDIÊNCIA E/OU CONSULTA PÚBLICA, PREFERENCIALMENTE NA FORMA ELETRÔNICA, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES:**

5.5. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um material comum, de acordo com inciso XLI do art. 6º, da Lei 14.133 de 2021, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

5.6. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita. Em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, uma vez que todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

**C) EM CASO DE POSSIBILIDADE DE COMPRA, LOCAÇÃO DE BENS OU DO ACESSO A BENS, SER AVALIADOS OS CUSTOS E OS BENEFÍCIOS DE CADA OPÇÃO PARA ESCOLHA DA ALTERNATIVA MAIS VANTAJOSA, PROSPECTANDO-SE ARRANJOS INOVADORES EM SEDE DE ECONOMIA CIRCULAR; E**

5.7. Não se aplica.

**D) SER CONSIDERADAS OUTRAS OPÇÕES LOGÍSTICAS MENOS ONEROSAS À ADMINISTRAÇÃO, TAIS COMO CHAMAMENTOS PÚBLICOS DE DOAÇÃO E PERMUTAS.**

5.8. Não se aplica ao objeto desta aquisição.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, a fim de disponibilizar suprimento de gás para confecção da alimentação dos servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD (Esplanada dos Ministério - Bloco “Q” e Anexo do Bloco “O”), por um período de 12 (doze) meses.

6.2. Para este objeto, a solução abrange o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para eventual Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, através da realização de um pregão eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Termo de Referência - Modelo para compras - Pregão Eletrônico, Atualização: maio/2023, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

6.3. Em decorrência da característica do objeto a ser licitado não se vislumbra, neste momento, vantajosidade e/ou necessidade de contratação de manutenção e de assistência técnica relacionada.

6.4. As condições de aquisição e pagamento serão semelhantes ao setor privado, com o sentido de aproximar os dois regimes visando o aumento de eficiência e redução dos custos nas contratações administrativas, conforme o que preconiza a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022 (Ordem Cronológica).

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em observância ao disposto do inciso III, do art. 40, da Lei nº 14.133/21, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização. A estimativa das quantidades a serem contratadas levou em consideração a estimativa de consumo durante a preparação das refeições, de segunda a sexta-feira, sábados e domingos.

7.2. O planejamento da aquisição levou em consideração o histórico de consumo do período de 2020 a 2022, visando garantir o quantitativo necessário para atendimento de 12 (doze) meses.

7.3. Quadro demonstrativo de consumo e previsão de aquisição:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD. A LICITAR  2023	QTD. ADQUIRIDA  2020	QTD. ADQUIRIDA  2021	QTD. ADQUIRIDA  2022	QTD. ESTOQUE  2023
1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP - A GRANEL, TIPO GLP PROPANO-BUTANO	17.000	17.000	14.000	17.000	6.318,93

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 119.680,00

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	Percentual de desconto mínimo a ser ofertado sobre a tabela da ANP
1	Gás Liquefeito De Petróleo - GLP, Tipo GLP propano-butano, pressão vapor 17,34 kgf/cm², teor máximo enxofre volátil 0,36 g	BR461651	Kg	17.000	7,04	119.680,00	0,01

/m3, corrosividade Máxima 1, Composição Propano 30, Normas Técnicas NBR 8461 E 8460.						
--	--	--	--	--	--	--

8.2. As memórias de cálculos acompanhadas dos preços referências (Máximo Aceitável), conforme prescreve o inc. VI, do art. 9º da IN 58/2022, são aquelas elaboradas através da Tabela ANP- DISTRITO FEDERAL (6611053), anexada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inc. VI, do art. 9º da IN 58/2022), conclui-se que não possui necessidade de ser classificada como sigiloso ou restrito, uma vez que considerando a divulgação e transparência do valor máximo estimado poderá auxiliar a licitante na elaboração de sua proposta de preços com o valor real e ajustado de mercado para o item, justificando a devida solução de mercado, pela sua efetividade e economicidade para a Administração Pública, uma vez que evitará ocorrência de superfaturamento na apresentação da proposta e auxiliará os processos administrativos na tomada de decisão da Pregoeira.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme inciso VII, art.18 da Lei 14.133/2021, o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala.

9.2. Com base nos arts.78 e 82 da Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), será utilizado o Sistema de Registro de Preços, uma vez que há necessidade de a entrega ocorrer de forma parcelada devido à limitação de espaço físico para armazenamento do material a ser licitado.

### Seção I

#### Dos Procedimentos Auxiliares

*Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021:*

#### *IV - Sistema de Registro de Preços;*

### Seção V

#### Do Sistema de Registro de Preços

*Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e deverá dispor sobre:*

*a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;*

*b) em razão da forma e do local de acondicionamento;*

*c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote.*

9.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) na presente aquisição se justifica pela necessidade de parcelas em função da limitação de central de GLP que atende aos refeitórios do MD e possui capacidade máxima de armazenamento de 4.000 Kg de GLP.

9.4. Desse modo foram consultados os diversos documentos que fizeram parte daquele processo a fim de chegar a modelagem adequada para o certame. Assim, conclui-se que não haverá a previsão da cota reservada para ME/EPP, tendo em vista que na Pesquisa de Preço, conforme Mapa Comparativo não foi encontrada empresa ME/EPP, corroborando com as informações mencionadas o art. 49, II e III, da LC nº 123/06, ampara esta decisão.

9.5. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento, quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

9.6. Opção de critério de julgamento e contratação: MAIOR DESCONTO sobre a tabela da Agência Nacional do Petróleo (ANP).



## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O presente processo tem a finalidade de viabilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) para eventual Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, visando atender as necessidades da Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD (Esplanada dos Ministérios - Bloco “Q” e Anexo do Bloco “O”), por um período de 12 (doze) meses.

10.2. Quanto a contratação **correlata** há um processo 60585.001860/2022-82, o qual tratou sobre o mesmo tema no ano de 2022.

10.3. Desse modo, o presente processo para aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, tem como base o processo supracitado, visando o mesmo êxito daquela contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

11.2.1. ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2023

11.2.2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

11.2.3. Id do item no PCA: 196

11.2.4. Classe/Grupo: 859 - Outros Serviços de Suporte

11.2.5. Identificador da Futura Contratação: 110404-260/2023

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os ganhos diretos e indiretos que se almeja com a contratação consiste em suprir os refeitórios do Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano.

12.2. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, efetivamente foi previsto conforme item 4.5.2. a aquisição de bens que atendam ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010 e somente deverá ser admitida a oferta do produto se o **fabricante** estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição, revista atualizada, ampliada – setembro/2023).

12.2.1. A Instrução Normativa nº 13/IBAMA, de 23 de agosto de 2021 em atenção ao Anexo I e suas alterações, a Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021 (CTF/AIDA), da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente) em especial o Licenciamento Ambiental previsto no art. 10, da Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional de Mudança de Clima), da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei nº 12.349/2010 (Altera o art. 3º da Lei nº 8.666/1993) e demais Atos Normativos (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, etc. e normas da ANVISA, do INMETRO, do IBAMA, do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente e outros Órgãos se constituem em critérios de sustentabilidade) previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição, revista atualizada, ampliada – setembro/2023, em conformidade com a especificidade singular do objeto.

12.3. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

12.4. Do exposto, de forma indireta, com a previsão do CTF, esta administração visa adquirir produtos que objetivam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. Essas atitudes buscam preservar os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão diretamente relacionadas a diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1 O GLP não é venenoso, mas é asfixiante. Por ser mais pesado que o ar, quando há vazamento de GLP, num local fechado, este vai se acumulando ao nível do chão e expulsa gradualmente o oxigênio do ambiente, causando asfixia em quem permanecer ali. Logo, botijão com vazamento precisa ser removido para um local aberto.

13.2. Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, nas rotinas administrativas ou a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, tendo em vista que se trata de uma aquisição de bens comuns.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais negativos e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no item 4, deste instrumento:

14.2. No subitem 4.2.2. deste instrumento, foi estabelecido as normas que visam minimizar os possíveis impactos ambientais do objeto a ser adquirido e a necessidade do seu cadastro como Atividade Potencialmente Poluidora e Utilizadoras de Recursos Ambientais, CTF/ APP.

14.3. Relação entre GLP e sustentabilidade: Ao contrário de outras fontes de energia comumente utilizadas na indústria, como a lenha, o GLP produz uma queima limpa, sem resíduos nem emissão de fumaça ou fuligem. Sua combustão não polui a atmosfera, o solo ou os mananciais.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, para suprir os refeitórios do Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4811, de 28 de setembro de 2023 (6598968), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 39, de 29 de setembro de 2023 (6586476), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante: SO (MB) FRANCISCO **ALEXANDRE** CALIXTO, CPF: \*\*\*.949.203-\*\*, lotado na Seção de Gestão Alimentar (SEGAL);

II - na condição de integrante administrativo: STen **MAGNO DIAS JORGE**, \*\*\*.964.731-\*\*, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ);

III - na condição de integrantes técnicos: servidor **MARTIM DA ROCHA RODRIGUES**, CPF: \*\*\*.443.652-\*\*, lotado na Seção de Gestão Alimentar (SEGAL).

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FRANCISCO ALEXANDRE CALIXTO**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 16/01/2024 às 16:16:26.*

**MARTIM DA ROCHA RODRIGUES**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 16/01/2024 às 16:26:10.*

**MAGNO DIAS JORGE**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 16/01/2024 às 11:22:39.*